



TEMAS HUMANITÁRIOS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O QUE SE ESCREVE SOBRE O INCLUIR NAS PÓS-GRADUAÇÕES BRASILEIRAS?

HUMANITARIAN THEMES OF INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES: WHAT IS WRITTEN ABOUT INCLUIR IN BRAZILIAN GRADUATE COURSES?

Ana Lucia Menezes da Silva¹

Resumo. Este artigo tem o propósito de divulgar o quantitativo e identificar os objetivos dos trabalhos brasileiros de pós-graduação que tratam da inclusão da pessoa com deficiência e do programa Incluir: acessibilidade à educação superior no período de 2014 a 2019. A análise pretende, também, dar visibilidade às produções publicizadas por meio da BDTD (Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações) veiculadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do governo federal. A necessidade do levantamento se deu por motivo de revisão literária para fundamentar minha dissertação de mestrado, na área de políticas públicas, sobre acessibilidade, bem como, por perceber a inquietação de alguns pesquisadores sobre a condução da implementação do programa subordinado à educação superior inclusiva. Tal política perpassa não só por questões de gestão de recursos para acessibilidade nas instituições federais de ensino, mas por processos humanitários históricos de inclusão e de participação social da pessoa com deficiência. Percebe-se que não se trata de tema inédito, todavia, o estado da arte sobre a temática é relativamente pequeno, merecendo um olhar mais atento a tais questões. Nesse sentido, o objetivo é facilitar a busca para outros pesquisadores, antevendo diferentes olhares e nuances com que o tema é tratado e dando um norte para novas discussões acadêmicas e profissionais. Metodologicamente, será explanada a relação dos trabalhos acadêmicos cujos títulos e/ou objetivos dialogam com aspectos relevantes do programa Incluir, feita por uma busca exata por caractere de aspas no início e final (“programa incluir”) no buscador do acervo da biblioteca digital brasileira BDTD-IBICT, relativas às publicações do ano de 2014 até o mês setembro de 2019. O escrito também revela que alguns trabalhos ficam restritos aos programas de pós-graduação na biblioteca digital local da instituição de ensino. Dessa forma, o trabalho tenta prognosticar, através de indagações, quais foram os critérios para divulgação pelo instituto nacional de pesquisa científica e afirma a importância da participação da pessoa com deficiência na educação e na sociedade.

Palavras-chave: Programa Incluir; acessibilidade; produções acadêmicas.

Abstract. This article aims to disseminate the quantitative and identify the objectives of Brazilian postgraduate studies that deal with the inclusion of people with disabilities and the Incluir program: accessibility to higher education in the period from 2014 to 2019. The analysis also intends to give visibility to the productions published through BDTD (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations) broadcast by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT) of the federal government. The need for the survey was due to a literary review to support my master's dissertation, in the area of public policies, on accessibility, as well as, by perceiving the concern of some researchers about the implementation of the program subordinated to inclusive higher education. This policy runs through not only issues of resource management for accessibility in federal educational institutions, but historical humanitarian processes of inclusion and social participation of people with disabilities. It is noticed that this is not an unprecedented theme, however, the state of the art on the subject is relatively small, deserving a closer look at such issues. In this sense, the objective is to facilitate the search for other researchers, foreseeing different perspectives and nuances with which the topic is treated and providing guidance for new academic and professional discussions. Methodologically, the list of academic works whose titles and / or objectives dialog with relevant aspects of the Incluir program will be explained, carried out by an exact search for quotation marks at the beginning and end (“program to include”) in the search engine of the Brazilian digital library collection BDTD-IBICT, related to publications from 2014 to September 2019. The writing also reveals that some works are restricted to graduate programs in the local digital library of the educational institution. Thus, the work tries to predict, through inquiries, what were the criteria for disclosure by the national scientific research institute and affirms the importance of the participation of people with disabilities in education and in society.

Keywords: Include program; accessibility; academic productions.

¹ Mestra em de Políticas Públicas pela UFPE. E-mail: ana.lmsilva@ufpe.br

Introdução

As manifestações dos autores sobre o chamado estado da arte ou estado do conhecimento² dos processos inclusivos da pessoa com deficiência no ensino superior tendem a contextualizar as lacunas das políticas sociais no Brasil. Dito de outra forma, o que os pesquisadores escrevem em seus trabalhos acadêmicos sobre os achados de suas investigações, acerca das ações afirmativas em prol da pessoa com deficiência, possibilita identificar as diretrizes e entraves para processos igualitários de aprendizagem e oportunidades na educação universitária. O arcabouço das produções brasileiras está diretamente envolto com a análise das políticas públicas e com o aparato jurídico nacional e recomendações dos organismos internacionais sobre direitos humanos e sociais das pessoas historicamente excluídas.

Este artigo, ao espelhar o quantitativo e identificar objetivos de trabalhos brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* que discorrem sobre o Programa Incluir - acessibilidade à educação superior, no período de 2014 a 2019, dando visibilidade às produções feitas por meio da BDTD (Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações), ligada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), acaba por fazer uma breve verificação do estado da arte dos processos de inclusão da pessoa com deficiência. Tal exame, intuído meramente pela observação do título e resumo das dissertações e teses publicadas, e não pela análise completa do conteúdo dos trabalhos, foi realizado inicialmente para auxiliar a revisão literária de uma pesquisa acadêmica de minha autoria. Convém ressaltar que não cabe e nem é intenção desse artigo apresentar uma contundente pesquisa científica da qual se revela elementos estruturantes e dotados de rigor metodológico em que geralmente são feitas argumentações e contra-argumentações cientificamente válidas. Trata-se apenas, de demonstrar o resultado, de forma organizada, da consulta exploratória feita no referido banco de dados de trabalhos acadêmicos que abordam o tema da acessibilidade, e ainda, instigar um debate ampliado sobre essas produções.

Norma Ferreira (2002) tece alguns comentários críticos sobre as abordagens de pesquisas denominadas estado da arte, título de um de seus artigos. Porém, ela lança um olhar ameno ao explicar o interesse de estudiosos em ampliar seus conhecimentos sobre determinado assunto, em buscas sistemáticas nas bases de dados oficiais, quando discorre que:

“sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema.”

Importa salientar que não há falta de material literário sobre o programa Incluir e questões de acessibilidade no ensino superior, embora exista em pequeno número, considerando a relevância e capilaridade da temática. Por motivo de desconhecimento desse programa para a maioria dos estudantes brasileiros e comunidade científica, principalmente sobre os direitos das pessoas com deficiência ou portadores de alguma limitação física ou sensorial, nos diferentes níveis de ensino,

² O estado do conhecimento aqui referido se aproxima da concepção trazida por Soares e Maciel de que o estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessário no processo de evolução da ciência porque o conjunto de informações apresentadas possibilita integração de diferentes perspectivas (SOARES; MACIEL, 2000, p.9)

faz-se necessário o debate acadêmico sobre as políticas públicas de inclusão desses sujeitos. Dada a importância e complexidade do assunto, a discussão sobre a problemática que envolve direitos constituídos, nacional e internacionalmente, sobre o acesso e permanência da pessoa com deficiência (PcD), na área educação, não pode e não deve ser definitivamente esgotada.

É plausível admitir que os estudos sobre o tema da inclusão das PcD devam continuar em vias de crescimento. À medida que as pessoas se informam e a sociedade reage em prol de comportamentos cidadãos, esse número tende a aumentar. Dentro dessa ótica, é importante questionar e buscar respostas para as indagações: o que se escreve sobre a política de acessibilidade na educação superior? Quais os objetivos que pretendem alcançar as pesquisas sobre o tema?

Este texto tem o intuito de convidar o leitor a refletir sobre o interesse de muitos estudantes pós-graduandos em ampliar os conhecimentos acerca da acessibilidade e de facilitar a revisão literária de novos estudos sobre o assunto. A aplicabilidade desse levantamento se firma, no sentido de proporcionar um cardápio recheado de opções dos títulos publicados, sob as diversas perspectivas de análise com rigor acadêmico-científico, às pessoas interessadas na temática do enfrentamento da questão da acessibilidade no ensino superior, na direção de evitar as barreiras e propagar práticas inclusivas na sociedade.

Nesta direção, esse ordenamento dos estudos realizados é explanado através de duas seções. A primeira demonstra aspectos relevantes da educação inclusiva e do programa Incluir. Essa seção concebe resumido embasamento teórico e jurídico da política de educação inclusiva. A segunda apresenta o mapeamento das produções acadêmicas das instituições integrantes do IBICT que foram alimentadas na base de dados, demonstradas quantitativamente através de quadros e gráficos. Complementando a discussão, se tenta prognosticar os motivos de algumas publicações não serem disponibilizadas na biblioteca nacional, ficando elas vinculadas apenas às bibliotecas digitais de cada instituição de ensino. Por fim, instiga-se à retomada das reflexões a partir da explanação do rol dos trabalhos, sobre mesmo tema e período analisados, em que ocorreram outras produções de programas análogos, mas que ficaram de fora da biblioteca brasileira de teses e dissertações. Tais produções podem ser exemplificadas num total de seis trabalhos de estudantes vinculados à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) não deixaram de ser publicizados, mas aparecerem unicamente na plataforma Attena, que é o repositório digital das bibliotecas de teses e dissertações dos programas de pós-graduação dessa instituição. Desse modo, outras instituições da rede pública ou privada podem também não terem suas publicações divulgadas pela biblioteca brasileira de teses e dissertações. Quais os motivos que levaram a ocorrência da falta de alimentação naquela base de informação? As tentativas de respostas para esse questionamento poderão desembocar num mar de estudo, a ser abordado futuramente, os quais estão discretamente listados em forma de novas perguntas nas considerações finais deste trabalho.

A centralidade material da inclusão das PcD e a instrumentalização do programa são ligeiramente apresentadas na seção inicial deste escrito, que trata dos aspectos principais do desdobramento da política de inclusão da pessoa com deficiência.

Aspectos relevantes da educação inclusiva e do Programa Incluir

O que se pode considerar educação inclusiva? Para além de um conceito formal, Sasaki (2003) expressa algumas ideias que chama de definições básicas, a partir das leituras que ele fez, extraídas do relatório do Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional de 1994: “educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula”. Ele declara ainda: “Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços

educacionais eficazes [...]” (SASSAKI, 2003 p. 122). Em face dessas premissas, é importante perceber que as discussões sobre inclusão de indivíduos com as mais diferentes necessidades, independente de sua condição humana ou capacidade intelectual, motora ou social, vem de longo tempo. Essas inquietações e injustiças sociais históricas fazem com que as organizações sociais se movam no sentido de exigir que os organismos públicos tracem estratégias para minorar os efeitos das desigualdades. Dessa forma, impulsionando o poder estatal a elaborar políticas para as mais diferentes áreas dos direitos sociais.

As políticas públicas educacionais de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil foram asseguradas por recomendações de organismos internacionais e seus desdobramentos e acordos firmados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada na ONU em 2006 visando assegurar os direitos e dignidade das pessoas com deficiência e especificamente, da Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais³, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1994, para garantir o acesso pleno à educação. Nacionalmente, esses direitos foram assegurados através da constituição de 1988 e organicamente, pela Lei 9.394/96 que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Complementarmente, tais políticas são ajustadas decenalmente pelo PNE (Plano Nacional de Educação). Atualmente todo o arcabouço jurídico nacional se fundamenta no que estabelece a Lei 13.146 de 06/07/2015, conhecida como estatuto da pessoa com deficiência ou LBI (Lei brasileira de Inclusão) que é o principal instrumento normativo vigente.

A UNESCO, naquele momento, preconizou três eixos para se adotar uma abordagem inclusiva que são de caráter educacional, social e econômico. (UNESCO, 2009, p.10). A qualidade do enfoque e concepção que cada país dá direcionamento à sua política, vai depender de processos históricos e opções ideológicas de seus governantes.

Relativamente às políticas de inclusão no ensino superior no Brasil, elas perpassam pelos eixos educacional, social e econômico, no sentido de que tais políticas propõem reformulações que diz respeito à ampliação do acesso e da permanência, redução dos índices de evasão, de formação de professores para práticas didáticas e tecnológicas e qualifica o cidadão para o mercado de trabalho, visando retorno e estimulando o crescimento econômico do país. Nessa concepção, GARCIA (2010) argumenta que a abordagem inclusiva na perspectiva econômica, assumida pela UNESCO, pressupõe um acesso “flexibilizado” que atende tanto as necessidades do capital quanto as condições individuais dos estudantes. Para ela os projetos políticos inclusivos contêm propostas de apaziguamento das tensões sociais, porém, disfarça a perspectiva economicista. Neste sentido, a flexibilidade associada a capacidade individual dos alunos, devem conduzir às novas ações pedagógicas na qual haja disponibilidade de investimento materiais e qualificação do corpo docente, na perspectiva de retorno em qualidade de ensino, buscando em última análise, resultado satisfatório para uma sociedade produtiva.

A política de ingresso no ensino universitário através de reserva de vagas, por cotas, cumpre o papel de viabilizar o acesso, mas, elementarmente precisa caminhar junto com estratégias que proporcionem condições de permanência das pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior. A política inclusiva de acesso é estabelecida através da Lei 12.711/2012 de 29/08/2012, conhecida como “lei de cotas”. Esta política garante a reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino para estudantes oriundos do ensino médio da rede pública, e uma fração deste percentual, contempla as pessoas com deficiência.

³ Para saber mais sobre o conteúdo da declaração sobre princípios e práticas educacionais inclusivas, acessar o site do MEC no qual está disponibilizado no endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Para que a permanência das PcD seja efetivamente assegurada foi pensado o programa Incluir - acessibilidade ao ensino superior. O programa não é necessariamente uma política, mas um programa nacional atrelado a outras duas políticas educacionais, a estruturação do ensino universitário e a inclusão da pessoa com deficiência.

Como esclareci recentemente na terceira seção de meu trabalho dissertativo de mestrado, intitulado “O programa incluir e a acessibilidade na UFPE” (SILVA, 2020) esse programa surgiu como a forma de instrumentalizar a política de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior. Ele seguiu o desenho institucional de política de ações afirmativas, no âmbito da administração pública, do então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2004, com o intuito de eliminar as desigualdades sociais que se vinculavam às pessoas portadoras de deficiência. O Incluir foi criado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para dar suporte administrativo e financeiro, através de repasses de verba para as instituições federais de ensino superior, através de editais abertos à participação de universidades que efetivamente realizassem projetos e ações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Conforme o documento orientador do programa, ele seria subsidiado por dotação orçamentária exclusiva, de âmbito federal, destinada para a estruturação e manutenção dos núcleos de acessibilidade nas universidades (BRASIL, 2017. p.1).

Os núcleos de acessibilidade de cada unidade universitária têm autonomia para criar e designar o nome de seu serviço. Cabem aos coordenadores desses núcleos administrarem as ações pró-acessibilidade da instituição na acepção de consolidar a política de inclusão e acessibilidade da PcD. Dessa forma, os núcleos são a chave principal de abertura do ambiente acadêmico e institucional e força motriz para o funcionamento do programa.

As reflexões acerca das discussões das políticas inclusivas na área da educação e em especial da inclusão da pessoa com deficiência impulsiona a academia a cumprir seu papel de promovedor de processos para transformação social.

Para entender o quantitativo e objetivo das pesquisas acadêmicas acerca da acessibilidade, a próxima seção traz o desenho das publicações brasileiras a partir da apresentação dos propósitos explícitos nos estudos e do convite indireto contido nos títulos das obras publicizadas.

Mapeamento das produções disponibilizadas na BDTD

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico que dá visibilidade a produção científica nacional. (BRASIL-MCTI, 2020).

A opção de coletar as publicações contidas na BDTD do IBICT, subordinados ao ministério da ciência, tecnologia e inovação, foi feita por motivo dessa base de consulta ser nacional e agregar 123 instituições participantes de âmbito público e privado. A busca pelo catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) vinculado ao ministério da educação, neste levantamento não foi examinada pelo fato desta plataforma desconsiderar alguns programas de pós-graduação que não estão vinculados diretamente à área docente, como é o caso dos mestrados e doutorados profissionais, os quais enfatizam os estudos e pesquisa para um alto padrão profissional, mas, não necessariamente, para finalidade pedagógica.

⁴ A BDTD nacional é um portal de busca que integra e dissemina teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Ao sentir necessidade de encontrar literatura específica sobre o programa Incluir, objeto de minha dissertação de mestrado profissional, eu fiz uma busca exata por caracteres aspas, no início e final, para programa Incluir (“programa Incluir”) no buscador do acervo da BDTD-IBICT. O acesso à plataforma foi realizado em 18 de outubro de 2019, rastreando as publicações brasileiras relativas aos anos de janeiro de 2014 a setembro de 2019, parte do marco temporal de minha pesquisa de mestrado e período de análise do material que compõe este artigo. Dessa forma, encontrei doze publicações acadêmicas que tratavam da temática. Das difusões digitais, dez foram dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Relacionei o material encontrado para leitura gradativa e complementação de material bibliográfico para ampliar meu conhecimento.

Dessa consulta, resultaram os elementos encontrados para analisar os assuntos abordados ultimamente nas pesquisas dos estudantes de pós-graduação, sobre a questão da acessibilidade no ensino superior no Brasil. Os resultados são demonstrados nos quadros de número 1 e 2 e nos gráficos a seguir, que são expostos pelo título do trabalho, o tipo monográfico, ano de publicação e a instituição de ensino a que correspondem.

Quadro 1 - Trabalhos publicados de 2014 a 2019 que mencionam o Programa Incluir

Título	Tipo	Ano da publicação	Instituição⁵
A avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014) (SEVERINO, 2017)	Tese	2017	UFRN
Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para ações do núcleo de acessibilidade (CIANTELLI, 2015)	Dissertação	2015	UNESP
Acesso e permanência na educação superior: estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS (SANTANA, 2016)	Dissertação	2016	UFMS
Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos (BRANCO, 2015)	Dissertação	2015	UNESP
Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior (SILVA, 2014)	Dissertação	2014	UFPB
Políticas públicas para pessoas com deficiência: aparato legal e implementação no ensino superior (ALVES, 2016)	Dissertação	2016	UFPE
Desenvolvimento e Sociedade: Educação Inclusiva na Educação Superior, entre a teoria e a prática na Universidade Federal de Itajubá (TAVARES, 2016)	Dissertação	2016	UNIFEI
Boas práticas de acessibilidade na educação superior: tecnologia assistiva e desenho universal (RICARDO, 2017)	Dissertação	2017	UFJF
Design de moda e neuroeducação: o desenvolvimento de uma metodologia de desenvolvimento projetual aplicado a pessoas com deficiência visual	Doutorado	2016	UAM

⁵ As instituições abreviadas nesta tabela são de caráter público, a exceção da universidade Anhembi Morumbi (UAM) que é uma universidade privada. As demais, por ordem decrescente de apresentação, são: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

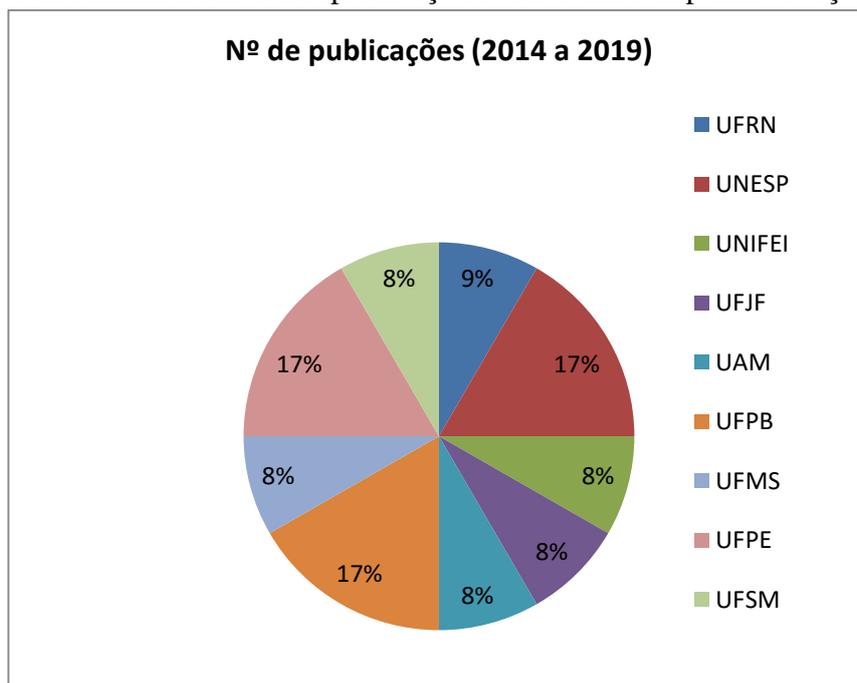
(LIMA JUNIOR, 2016)			
Políticas de Inclusão na educação superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB (SILVA, 2017)	Dissertação	2017	UFPB
Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (SANTANA, 2016)	Tese	2016	UFPE
Políticas de inclusão e permanência na educação superior: entre o público e o privado (PEREIRA, 2017)	Dissertação	2017	UFSM

Fonte: autoral a partir da base da BDTD – IBICT

A quantidade de publicações de trabalhos, dos programas de pós-graduação apresentados na demarcação temporal do estudo, que de alguma forma se referiram ao programa Incluir totalizaram 12. Em sua maioria foram dissertações, perfazendo dez produções deste tipo, enquanto teses de doutorado foram apenas duas. Relativamente ao período analisado, pode-se perceber que o ano de 2014 foi o momento em que menos se falou do programa Incluir, com apenas uma publicação, que equivale a 8,33% do total, possivelmente porque tal política estava bem no início. Em contraponto, o ano de 2017 foi o período que teve mais publicação acadêmica com assuntos correlatos ao programa, correspondendo a 33,33% das produções lançadas na biblioteca pesquisada. O crescimento do número de publicações nesse campo de investigação talvez tenha se dado pela maturação do programa. Apesar de mais maduro, o programa ainda se apresenta insatisfatório para o alcance e proposição dessa política inclusiva em relação aos resultados esperados.

Importa também sinalizar, que o assunto interessou estudantes de instituições de ensino de várias regiões do país, como as unidades do nordeste (UFRN, UFPB e UFPE); centro oeste (UFMS); sudeste (UNESP, UFJF, UNIFEI, UAM) e sul (UFSM). A esse respeito, é notório considerar que o programa tenha essa abrangência por tratar-se de um programa a nível federal. No gráfico a seguir são demonstradas as instituições que tiveram trabalhos publicizados.

Gráfico 1 – Percentual de publicações sobre o Incluir por instituições



Fonte autoral a partir das informações da BDTD – IBICT

Pelo gráfico é possível visualizar que os estudantes que mais se interessaram pelo tema são da UNESP, UFPE e UFPB (17%), seguida da UFRN (9%). As demais instituições apresentaram 8%, cada uma, das publicações de trabalhos divulgados pela biblioteca digital observada. Cabe o registro complementar de que as dissertações da UFPB e UFPE foram advindas do programa de pós-graduação em Educação. Os trabalhos dissertativos da UNESP foram oriundos do programa de pós-graduação em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Tanto a área de educação quanto a de psicologia são campos das ciências sociais bem comprometidos com projetos políticos de inclusão e cuidados especiais com as pessoas com deficiência.

Quadro 2 – Objetivo principal dos trabalhos publicados de 2014 a 2019 na BDTD Nacional - IBICT que mencionam o programa Incluir

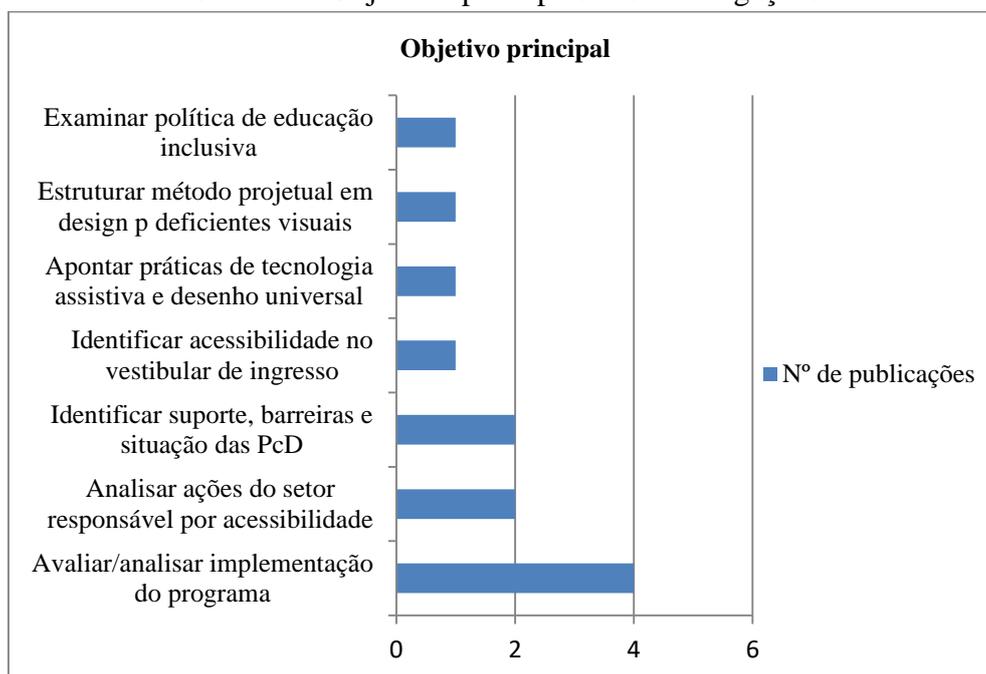
Título	Objetivo principal
A avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014) (SEVERINO, 2017)	Avaliar o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN.
Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para ações do núcleo de acessibilidade (CIANTELLI, 2015)	Analisar as ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade, com destaque para a atuação da Psicologia em prol da participação de estudantes com deficiência no ensino superior.
Acesso e permanência na educação superior: estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS (SANTANA, 2016)	Analisar a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAF) enquanto uma estratégia para garantir o acesso e permanência de estudantes de graduação à Educação Superior na UFMS.
Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos (BRANCO, 2015)	Analisar os suportes e as barreiras de acessibilidade encontradas pelos estudantes com deficiência, diante da sua participação no Ensino Superior de Pós Graduação.
Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior (SILVA, 2014)	Identificar e analisar, à luz dos Estudos Culturais, experiências de acessibilidade (ou não) no vestibular (acesso), durante a formação até a graduação (permanência e aquisição).
Políticas públicas para pessoas com deficiência: aparato legal e implementação no ensino superior (ALVES, 2016)	Avaliar a implementação das Políticas Públicas Educacionais direcionadas aos alunos com deficiência na UFPE
Desenvolvimento e Sociedade: Educação Inclusiva na Educação Superior, entre a teoria e a prática na Universidade Federal de Itajubá (TAVARES, 2016)	Apreender a situação da inclusão escolar das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Itajubá sob a perspectiva desses alunos.
Boas práticas de acessibilidade na educação superior: tecnologia assistiva e desenho universal (RICARDO, 2017)	Apontar propostas de boas práticas de Acessibilidade, tendo como base a Tecnologia Assistiva e o Desenho Universal, na tentativa de traçar um suporte para o docente trabalhar na formação e no engajamento de discentes no cenário de uma universidade contemporânea.
Design de moda e neuroeducação: o desenvolvimento de uma metodologia de desenvolvimento projetual aplicado a pessoas com deficiência visual (LIMA JUNIOR, 2016)	Verificar a possibilidade de se estruturar um método voltado ao desenvolvimento projetual em design de moda que considere o processo cognitivo de pessoas com deficiência visual (PcDV)..

Políticas de Inclusão na educação superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB (SILVA, 2017)	Analisar as contribuições das políticas para o acesso e a permanência em cursos superiores do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).
Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (SANTANA, 2016)	Examinar política de educação inclusiva voltada ao estudante com deficiência na UFPB
Políticas de inclusão e permanência na educação superior: entre o público e o privado (PEREIRA, 2017)	Conhecer as políticas institucionais normatizadas de inclusão do público-alvo da Educação Especial nas universidades federais e privadas do Rio Grande do Sul.

Fonte: autoral a partir da base da BDTD -IBICT

Ao verificar as finalidades dos trabalhos e conseqüentemente das pesquisas realizadas percebe-se que os estudos apresentaram um amplo escopo de intencionalidade. A maior parte diz respeito à análise de implementação do programa e análise de políticas de educação inclusiva, uns demonstram intenção de identificar formas de dar suporte e apontar as barreiras existentes para acessibilidade das instituições abordadas e outros de analisar as ações dos núcleos de acessibilidade de determinada instituição. Porém, alguns externaram metas principais inovadoras, como estruturar um método próprio para deficientes visuais na área de design e o acesso na seleção do vestibular, conforme representados no gráfico 2.

Gráfico 2- Objetivos principais das investigações



Fonte: autoral a partir da base da BDTD – IBICT

Os temas que mais interessaram aos discentes pós-graduandos das universidades relacionadas discorreram sobre as barreiras a acessibilidade, situação das PcD, ações dos núcleos de acessibilidade, política de inclusão e a implementação do programa Incluir.

Resta informar que foram identificadas também outras produções acadêmicas sobre o programa Incluir, na mesma data da pesquisa, com visibilidade em repositório próprio da base das bibliotecas digitais dos programas de pós-graduação, em uma universidade pública.

Das produções com publicações em repositório próprio, consultadas também no dia 18/10/2019, estão seis trabalhos de estudantes vinculados à Universidade Federal de Pernambuco que não deixaram de ser publicizados, mas aparecerem unicamente na plataforma Attena⁶ que é o repositório digital, bibliotecas de teses e dissertações dos programas de pós-graduação da UFPE. Vale o registro que até o dia 18/10/2020, um ano após a primeira consulta a BDTD-IBICT ainda não constavam os trabalhos acadêmicos listados abaixo no quadro 3.

Quadro 3 - Trabalhos publicados de 2014 a 2019 pelo repositório digital Attena - UFPE que tratam de acessibilidade e do Programa Incluir:

Data da Publicação	Título
04-Fev-2014	Um desafio entre o ideal e o real: a implementação das ações de inclusão educacional e o Centro Acadêmico no agreste. (ALMEIDA, 2014)
23-Mar-2016	Barreiras atitudinais: obstáculos e desafios à de estudantes no ensino superior. (RIBEIRO, 2016)
26-Out-2016	Ambientes acessíveis, um direito prioritário: estudo realizado com alunos e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida no Centro de Artes e Comunicação. (SILVA, 2016)
03-Jul-2017	Acessibilidade física na UFPE: mapeamento, diagnóstico e recomendações. (SANTOS, 2017)
19-Dez-2018	Bibliotecas do sistema integrado da Universidade Federal de Pernambuco como agentes na inclusão das pessoas com deficiência visual. (CARMO, 2018)
27-Fev-2019	Os sentidos da diversidade nos programas educacionais do Ministério da Educação no primeiro governo Lula (2003 a 2006). (RODRIGUES, 2019)

Fonte: Attena - UFPE

No marco temporal da busca exata (2014 a 2019) realizada em 18/10/2019 à BDTD vinculada ao IBICT também foi realizada uma busca no repositório Attena da UFPE, nos mesmos moldes no repositório da biblioteca brasileira. A busca no último banco de dados aconteceu de forma despretensiosa, apenas para checar se um trabalho específico que eu estava procurando, indicado pela orientadora da aluna, já havia sido publicado. Para minha surpresa, ele estava publicizado digitalmente pela UFPE e não no repositório digital nacional. No instante da busca apareceram mais cinco trabalhos, totalizando seis trabalhos sobre a temática da acessibilidade e do programa Incluir, que foram supradescriminados no quadro acima. Pode-se verificar que o ano em que mais houve publicação foi 2016, com dois trabalhos, e nos anos de 2014, 2017, 2018 e 2019 encontrou-se uma publicação por ano. Os motivos que levaram a BDTD nacional não obter tais conteúdos acadêmicos do período é uma incógnita que merece ser esclarecida. Para tanto, abre-se um leque de possibilidades para se descobrir o que ocorreu e resgatar informações precisas e atualizadas por parte de outros pesquisadores.

No momento, cabe apenas levantar questionamentos: como as instituições de ensino funcionam como provedora de dados para a IBICT? A BDTD nacional coleta os dados dos trabalhos publicados nas instituições com que periodicidade? Há morosidade ou negligência para transmissão de dados? E ainda, são as universidades-membros que disponibilizam as dissertações e teses para a biblioteca digital nacional? Há normatizações que desvinculam ou facultam a participação de publicações para base nacional? As respostas para essas indagações poderão dar

⁶ Attena é o nome do repositório institucional digital da UFPE implementado em 2014 com objetivo de consolidar o conceito de repositório digital de acesso aberto e organizado para disponibilizar os diversos conteúdos científicos e tecnológicos desenvolvidos na Universidade. (UFPE, 2020).

subsídio a estudos que possam elucidar como as instituições brasileiras de ensino e pesquisas fazem parte do sistema de informação da biblioteca digital nacional e gerenciada pelo instituto brasileiro de informação em ciência e tecnologia.

Considerações finais

A análise do levantamento feito pelo buscador da BDTD-IBICT, a partir os doze trabalhos de pós-graduação encontrados que trataram sobre acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior, permite deduzir que são necessários rearranjos na política de inclusão das PcD tanto para o ingresso quanto para a permanência nas instituições de ensino universitário em todo o país.

Pela leitura do resumo dos trabalhos, artifício adotado para localizar os objetivos das pesquisas, foram extraídos elementos muito aproximados, que em sua maioria examinou a política de inclusão das PcD e o funcionamento do programa Incluir em algumas instituições de ensino brasileiras. Os autores verificados, considerando tão somente o título e resumo de suas obras, dão a impressão de estarem bastante incomodados com a diminuta aplicação e fiscalização das garantias institucionalizadas relativas à inclusão da pessoa com deficiência na educação superior.

É preciso, por fim, apontar o caráter humanístico e cidadão dos elementos que permeiam o programa Incluir. Todos os trabalhos já publicados e os que ainda estão por vir que discute a temática da inclusão e tantas outras correlatas aos direitos humanos, sociais e políticos dos cidadãos brasileiros que contribuem para uma mais justa relativamente ao respeito às diferenças e igualdade de oportunidades em segmentos diversos de determinada sociedade. Dessa forma, é necessário o exercício contínuo de discussões sobre políticas promotoras e garantidoras dos direitos e dignidade da pessoa humana.

Referências

ALVES, Gilmara Cardoso. **Políticas públicas para pessoas com deficiência: aparato legal e implementação no ensino superior**. Dissertação de mestrado. UFPE, 2016. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFPE_7e9752f2791b74e08be17a88e1d362d9.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. **Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos**. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2015. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNSP_a4d2716ee6bb4b6b03838db3e6ca6ddc.

BRASIL. Coordenação nacional para Integração da Pessoa com deficiência (CORDE). **A convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência comentada**. Orgs. RESESNDE, Ana Paula Crossara e VITAL, Flavia Maria de Paiva. Brasília, 2008

BRASIL. **Documento orientador de Programa INCLUIR – Acessibilidade à Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pro-letramento/publicacoes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17433-programa-incluir-acessibilidade-a-educacao-superior-novo>. Acesso em 15/11/2017

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. IBICT. **O que é a BDTD - Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em 15/11/2020.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para ações do núcleo de acessibilidade.** Dissertação de mestrado. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_43abe02fe5441fac068fa5bde29e118a.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas estado da arte.** Scielo, Educação e Sociedade, Vol. 3. Nº 79, Campinas, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&tlng=pt . Acesso em 20/11/2020.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas.** In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPHANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Reflexões sobre “inclusão” nas políticas educacionais contemporâneas.** Material do curso para professores. SINTRASEM, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://sintrasem.org.br/sites/default/files/att00073.pdf>. Acesso e, 10/10/2020.

LIMA JUNIOR, Geraldo Coelho. **Design de moda e neuroeducação: o desenvolvimento de uma metodologia de desenvolvimento projetual aplicado a pessoas com deficiência visual.** Tese de doutorado. UAM, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/ANHE_982a6dc0b75bc382acf8f9a8a5d884c8

PEREIRA, Sandra Regina Costa. **Políticas de inclusão e permanência na educação superior: entre o público e o privado.** Dissertação de mestrado. UFSM, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_4eaf5c2c76642d14301ae6eb1113ecc4.

RICARDO, Débora Cristina. **Boas práticas de acessibilidade na educação superior: tecnologia assistiva e desenho universal.** Dissertação de mestrado, UFJF, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_faa6412e883f3c84854e38309a88001b.

SANTANA, Leila Lima de Souza. **Acesso e permanência na educação superior: estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS.** Dissertação de mestrado. UFMS, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMS_c19b421c8da59fa2779a20e34f12b616.

SANTANA, Maria Zélia de Santana. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).** Tese de doutorado. UFPE, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_e3ebc4da1469ece04e333739a62732e2

SEVERINO, Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa. **A avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021-2014).** Tese de doutorado. UFRN 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Severino%2C+Maria+do+Perp%C3%A9tuo+Socorro+Rocha+Sousa>.

SOARES, Magna. MACIEL, Francisca. **A construção do conhecimento.** In: SOARES, Magna. MACIEL, Francisca (Orgs) Série Estado do Conhecimento Nº1 – Alfabetização. MEC/INEP/COMPED, Brasília, 2000. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/f9dfff4f-1708-41fa-82e5-4f2aa7c6c581?version=1.3>. Acesso em 20/11/2020.

SILVA, Ana Lucia Menezes da. **O Programa Incluir e a acessibilidade na UFPE**. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE. BDTD – UFPE. Recife, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38818>.

SILVA, Jaqueline Susann Souza da. Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. Dissertação. 2014. Disponível em: http://bdtb.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_7a442bdbf36aa86c09349d7815f9d65b.

SILVA, Lidiane Ramos da. **Políticas de Inclusão na educação superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB**. Dissertação de mestrado. UFPB, 2017. Disponível em: http://bdtb.ibict.br/vufind/Record/UFPB-_603112b7910c55cdc006bb96d042e995

TAVARES, Rosana Elizete. **Desenvolvimento e Sociedade: Educação Inclusiva na Educação Superior, entre a teoria e a prática na Universidade Federal de Itajubá**. Dissertação. UNIFEI, 2016. Disponível em: http://bdtb.ibict.br/vufind/Record/UFEI_814198883a2fb6da37b573b611d198a9.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Sobre o Attena: repositório digital da UFPE**. Site da UFPE. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/static/jsp/apresentacao.jsp>. Acesso em 21/11/2020.

UNESCO - **Conferência Mundial sobre Educação Superior de 2009**. As Novas dinâmicas da Educação superior e pesquisas para a Mudança. (traduzido) - UNESDOC – Livraria digital, Documento de Programa e Reunião, Paris, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183277>. Acesso em 23/11/2020.